

Notas e Resenhas

PARA RELEMBRAR, CINQUENTA ANOS DEPOIS, A EMPRESA TEORÉTICA EM GEOGRAFIA: REGISTROS INAUGURAIS NOS AAAG E EPISÓDIOS ILUSTRATIVOS

GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 241-252, jan./abr. 2007.

Há pouco mais de meio século, os *Annals of the Association of American Geographers* (AAAG) – periódico norte-americano editado desde 1911 – já registrava artigos de conteúdo altamente sintomático. A sintomatologia a que nos referimos diz respeito à inflexão (divisada aos poucos) no tratamento metodológico dos temas de interesse geográfico. Há de se reconhecer – e esta é uma interpretação que nos oferecem muitos historiógrafos do assunto –, o *Exceptionalism in geography: a methodological examination*, texto de Fred K. Schaefer, editado em 1953, figura lá como documento representativo (isto é, pelo menos enquanto um muito elegante marco das publicações voltadas para a discussão epistemológica; produções textuais que atijariam ainda muitos e acalorados debates).

Para felicidade de quem se interessa pela história do pensamento científico em Geografia, comentários sobre aquela inflexão encontram-se também registrados em um número razoável de livros. Portanto, trata-se, é bem verdade, de assunto já suficientemente documentado [seja mediante juízos contemporâneos do “movimento” – e, por esta razão, notadamente temperados por palavras favoráveis e ou em tom passional (CHORLEY; HAGGETT, 1967; BERRY; MARBLE, 1968; COLE; KING, 1968; ...) –, seja através de avaliações ou depoimentos pessoais a posteriori; isto é, em contexto, por sua vez, distado da circunstância original (JAMES; MARTIN, 1978; JOHNSTON, 1979; JOHNSTON, 1986; MACMILLAN, 1989; ...)]. Enfim, de fato, não é escassa a documentação de seu tratamento. Tranqüilizador.

Contudo, três razões específicas nos motivam a fazer este registro em particular. Primeiro porque – agora para a infelicidade daqueles mesmos interessados –, comparativamente à cena internacional, é restrito o número de autores que, em língua portuguesa, produziram nota ou comentário acerca da *Theoretical Geography*. Bibliografia nesta direção é até farta (a par de bastante didática – um trunfo “doméstico”, sem dúvida) na década dos setenta. Os geógrafos brasileiros atuantes desde os epicentros carioca e paulista (no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, respectivamente) souberam nos oferecer um excelente material, tanto de ordem teórico-analítica, quanto de natureza aplicada (GEIGER, 1970; CERON; DINIZ, 1970; GALVÃO; FAISSOL, 1970; CHRISTOFOLETTI; OLIVEIRA, 1971; FAISSOL, 1972; CHRISTOFOLETTI, 1976). Mas dado que a partir dos anos oitenta os tratamentos quantitativos e fisicistas se vêem marginalizados no país, não encontra também sobrevida uma análise atual do que foi o movimento de renovação metodológica. Logo, o segundo motivo tem a ver com o fato de termos ficado reféns de apreciações, por assim dizer, “alienígenas”; com o fato de não termos uma leitura própria e mais recente (excetuando, é claro, as sentenças severas e preconceituosas que, nas vezes de “críticas”, resistiram aos anos). Finalmente, a terceira motivação se explica justamente por uma razão cronológica. Parece-nos vir bem a propósito, nesta primeira década do novo século, lembrar o que significou para a Geografia o supracitado movimento. Parece-nos oportuno rememorar – pelo viés da reverência; postura de que, por respeito, toda escola científica é merecedora – seus propósitos e os veículos pelos quais foi retransmitido.

Pois se voltássemos meio século, tendo acesso aos referidos *Annals* (à época, editados no estado da Pensilvânia), estaríamos experimentando os ares debutantes de uma nova sistematização da Geografia. Com relação a este aspecto, não exatamente sinalizador de mudanças constatadas pela evidência, o artigo de Schaefer fora de um teor estritamente reivindicativo – se bem que igualmente incisivo no plano de desqualificar toda herança e cacoeite idiográficos. Por outro lado, a demanda que fez ali, de tão carregada de assertivas, estampou com os grifos do otimismo e da credulidade, o que, segundo o autor, já era irresistível: a lida com teorias e, por consequência, com legislação.

“Irresistível” porque (para uma apreciação honesta, não se poderia omitir) têm singulares antecedentes os textos registrados nos AAAG, na década dos cinquenta – textos em torno dos quais quer gravitar esta nota. Façamos um preliminar pequeno parêntese à guisa de mais exata demarcação.

Como que na ante-sala dos acontecimentos, Walter Christaller (1893-1969), geógrafo germânico, concebe uma teoria locacional baseada na manifestação de “padrões” de organização – o estudo de caso fora a Alemanha meridional. Sua “teoria da localidade central” foi publicada no início dos anos trinta (1933) e é um episódio decisivo para a posterior mais explícita instituição da análise espacial em Geografia (onde, por eco, ciências do planejamento buscariam se inspirar). A razão disso reside no fato da teoria falar em “leis determinantes” do tamanho e da distribuição das cidades. (Christaller as tomava enquanto mercados e entendia estreita a análise de sua significância, se apenas dirigida pela ótica demográfica.). Bem, estas leis só podiam se equilibrar sobre um conjunto de considerações simplificadoras (superfície isotrópica, equânime distribuição dos elementos, racionalidade otimizada, etc.); numa clara demonstração de que o argumento abstrato – varredor de detalhes acidentais – já debutara no território geográfico ... e sobretudo pela noção de “hierarquia funcional”, que o mesmo argumento seleutivo parece ser tão eficiente em veicular. Infere-se, conseqüentemente, que ainda sob um regime indiferente ao significado e proficuidade do recurso teórico-quantitativo, alguns nomes conseguiram produzir importantes trabalhos sem maior desconforto. Trabalhos que, escapando de um desdém muito longo, seriam retomados para mais justa divulgação noutro tempo e espaço (BERRY; HARRIS, 1970; MÜLLER-WILLE, 1978). Christaller é um destes nomes que influenciariam as reflexões manifestas num regime já em furta-cor (reflexões de autores como o próprio Schaefer e – pouco antes até – Robert E. Dickinson). De tão importante que foi para vitaminar o pensamento estratégico da alocação – pois que, por exemplo, haveria interesse no clássico de Christaller nos Estados Unidos dos anos sessenta –, o marco da *central place theory* mereceu constar no ensaio autobiográfico de seu desencadeador, escrito originalmente na década de cinquenta e reimpresso em 1972.

E para não reduzir a apenas um nome o fato de ter tido sugestivos precedentes a germinação da empresa teórica, fechemos o parêntese com outro de não menor importância. Preston Everett James (1899-1986), norte-americano que enriquece a lista de celebridades de uma Geografia pré-revolução quantitativa, tem um artigo publicado nos AAAG, ano antes da edição do tão simbólico *Exceptionalism ...* de Schaefer. E neste artigo, James (1952) dá relevo, entre outras questões aflitivas, às da escala e da modelagem. Mas sua menção aqui não é merecida apenas por isso; outrossim, pela razão do geógrafo ter procurado harmonizá-las com o tema da diferenciação espacial – invariavelmente imperante na disciplina. Seguro que Peter Hagget, por exemplo, basearia algumas de suas reflexões não só neste trabalho, mas também nos artigos mais antigos de James, igualmente publicados nos *Annals ...* e consagrados aos estudos regionais (1934, 1937). Houve, pois, mais de um sinal pretérito para o que viria a acontecer. Acaso ou não, o mesmo Preston E. James, ao longo da primeira metade dos anos cinquenta, na *Syracuse University*, seria o orientador de Doutorado de Speridião Faissol, nome-chave para se compreender a difusão da Geografia quantitativa no Brasil. E gozando do privilégio de ter testemunhado a evolução da disciplina nos preparativos de sua inflexão metodológica, James, junto com Geoffrey J. Martin, produziria, no epílogo dos anos setenta, uma obra substantivada na avaliação do que teriam sido os primeiros três

quartos de século da Geografia desenvolvida nos Estados Unidos – especialmente aquela que se institui muito em virtude de pesquisas cujos resultados receberam a chancela da prestigiada Associação dos Geógrafos Americanos, fundada em 1904. O livro, ademais, trata com específico esmero o processo de disjunção dos campos geográfico e geológico; processo que coloca a geomorfologia – graças a Adrian E. Scheidegger, domínio posto em sintonia com a vaga teórico-estatística – numa equivocada condição de “disputa de posse”. Retornemos, agora, aos AAAG da década dos cinquenta.

Exemplificando os sintomas da época, o volume quarenta e quatro – seguinte ao da publicação do texto de Schaefer – registra o artigo de Chauncy D. Harris (1954), pelo qual se percebe uma variante temática que viria a ser bastante explorada, nos anos sessenta, por autores como Leslie Curry e Michael F. Dacey. Estamos nos referindo ao fenômeno da localização, mas examinado enquanto produto de um processo estocástico definidor de padrões (*locational analysis, settlement pattern*) – portanto, um fenômeno que passa a ser percebido com o cuidado de admitir as virtuais incertezas que tendem a condicionar sua manifestação espacial. Estava claro, a ótica perscrutadora cambiara.

A bem dizer, os anos cinquenta são um período de clara transição entre uma fase germinal e outra, de gradativa culminância. Não é o caso aqui esmiuçar tanto este detalhe, porém é conveniente ilustrá-lo melhor para, deste modo, trazer à tona circunstâncias reveladoras.

O que chamamos “fase germinal” corresponde a um momento em que alguns pesquisadores (ainda por se tornarem eminentes), tais como Robert E. Horton (1945), Arthur N. Strahler (1950) e Torsten Hägerstrand (1952), estavam lançando mão de recursos inovadores. Tratava-se de instrumentos que viriam a ganhar sofisticação; que seriam mais adequadamente adaptados. Mas, de todo modo, representavam naquele período, digamos, precoce, um suficiente indicio de que a fronteira da disciplina estava tornando-se porosa à entrada de ferramentas validadas em outros domínios de ciência. Decerto que estes recursos oxigenavam o viés técnico (métodos quantitativos baseados em estatística aprimorada), mas também davam fôlego ao conceitual. Porque estes ventos temporários já punham reparo no que, de artifício lingüístico, as ciências naturais e abstratas vinham explorando com bons resultados explanatórios. Daí então o gérmen do movimento ser tão tributário de abordagens matemáticas e teorias exógenas (forjadas, principalmente, junto às “jurisdições” competentes à Física ou à Biologia teóricas). Não estranha, neste sentido, o fato do próprio Harris, no artigo mencionado há pouco, ter feito referência a John Q. Stewart. (A princípio interessado nos assuntos da Astronomia, este físico de formação foi autor de trabalhos dos quais se pode dizer que louvaram a mecânica clássica – newtoniana, outramente dito – no valor no mínimo metafórico que esta parecia possuir nas explicações do social. Stewart, avivemos a memória, preferiu uma “sociometria”; uma “física social” para as questões demográficas.).

No esteio dos instrumentos de uso potencial agrupavam-se, por exemplo, a teoria dos conjuntos e o modelo gravitacional – enquadrados (depois se admitiu) numa classe de ferramentas logicamente mais rudimentar, uma vez que bastante simplificadoras. Mas, a seu turno, insights menos precários derivavam de dois grupos em cuja alardeada proficiência a comunidade científica apostava alto: de um lado, as teorias epidemiológica e dos jogos; de outro, as teorias cibernética e dos sistemas gerais. Avaliando hoje ambos os grupos, conseguimos entrever o motivo pelo qual acabaram trazendo para si o holofote do discurso geográfico. Um discurso que verdadeiramente se modificaria com a transição: menos monográfico, regionalista e descritivo; mais replicador e generalizante. É que a noção útil de “padrão” (espécie de “efeito final”, resultante de uma sinergia espontânea que emerge de uma série estatística de possibilidades) aproximava a Geografia da linguagem abstrata de disciplinas alheias. E acatado o improviso sugestivo de trabalhar com o dialeto naturalista, com a semiologia dos números, seu conteúdo dissertativo se enriquecia de um idioma bem menos frugal e diletante, resultando, aos poucos, num notável ganho perimetral.

Mas se ocorria um assim descrito engrandecimento das suas fronteiras – a Geografia robustecendo o campo de atuação conforme assimilava modelos analógicos e cálculos matriciais –

era previsível que se confiasse às transformações lingüística e técnica a tarefa de também solver o cisma que mantinha desunidos os domínios físico e humano da disciplina. E não era pedir demais.

Na verdade, tal reatamento no seio da Geografia representava uma tradução endógena do mais enfático postulado da filosofia (neo)positivista: o que valida a ampla legitimidade dos métodos oriundos das ciências naturais. Por decorrência, bastava que se identificasse o artefato que, vindo delas, reconstituísse adequadamente o elo perdido – porque, assim procedendo, refletia-se no domínio geográfico o que já fora tentado, numa escala maior (ainda que sem sucesso duradouro), entre a Física e as ciências do homem em geral.

Bem, o “engenho” era o que, aliás, conferia relativo parentesco entre as (citadas antes) teorias sistêmicas de Norbert Wiener e de Ludwig von Bertalanffy: a grandiloquência das relações parte-todo. Com efeito, excetuando a menor amplitude argumentativa da cibernética, pois que não previa as condições de desordem e indeterminação (detalhes intrínsecos aos sistemas dinâmicos não-lineares – a maioria dos interessantes à Geografia), o pensamento sistêmico respondia com habilidade as questões que se levantavam a respeito dos mecanismos “por trás” da ocorrência dos intrincados processos envolvendo variáveis muitas. Então, em Geografia Humana, as temáticas que mereceram, primeiramente, o tratamento pelo ângulo da teoria dos sistemas foram a urbana e a econômico-locacional (BERRY, 1964; HAGGETT, 1965). Enquanto isso, a Geografia Física já tinha feito sua parte, lançando seus próprios sinais favoráveis a uma comunhão metodológica (STRAHLER, 1952).

Sem grande esforço é possível notar um elo curioso que aproxima mutuamente positivismo lógico, teoria sistêmica e Nova Geografia. Sabemos que as reuniões do Círculo de Viena iniciaram nos anos vinte e se estenderam, regularmente, até a morte de Moritz Schlick, um dos principais integrantes da plêiade. Isto é, o contexto no qual esteve sendo apurado o “novo” positivismo foi um pouco anterior aos movimentos fecundantes da Geografia Teórica; não podemos omitir. Entretanto, a geração desta não foi em nada “espontânea”. Pois a partir de então (Schlick morre em 1936) os membros do *Wiener Kreis* se dispersam – alguns emigrando para os Estados Unidos, por decorrência do ambiente pouco acolhedor aos de ascendência judaica – e os encontros começam a acontecer por meio de congressos formais. O curioso é que Schaefer era conhecido de Gustav Bergmann, outro nome importante nas reuniões mencionadas, e ambos escapam, juntos, de Hitler. Bertalanffy, por sua vez, austríaco, também frequenta alguns dos saraus filosóficos e vai causar em certos participantes a simpatia pelas reflexões que andava desenvolvendo, desde os anos trinta, sobre “uma” teoria dos sistemas gerais (idéia que só podia mesmo soar agradável aos ouvidos de filósofos defensores de uma linguagem científica una e unívoca). Ora, igual desejo de robustecer uma ponte fraseológica até as ciências naturais não foi projeto menos explícito da “nova” Geografia.

Voltemos novamente aos AAAG. Se folharmos as edições de quatro anos selecionados (de 1953 a 1956), localizamos fácil alguns “textos-apontadores” de uma Geografia teórica ganhando forma. Já citamos dois. Os documentos de autoria de Schaefer e Harris marcam, respectivamente, as publicações de 1953 (número de Setembro) e 1954 (fascículo de Dezembro). O que, por sua vez, há de sintomático no volume quarenta e cinco? Nada menos do que um “re-exame”, feito por Richard Hartshorne, daquele texto inaugural de Schaefer.

Professor em Wisconsin à época, o estadunidense responde às vinte e quatro páginas com quarenta; responde ao otimismo com alvizez ... e um pouco de segura. Mas a retorção, ainda assim, se dá em bom nível; aliás, Hartshorne tem o primor de avaliar, seção por seção, as colocações de Schaefer, chegando, inclusive, ao preciosismo de analisá-las em sua construção sintática. É, de fato, um texto impecável; só que, defendendo o que defendia, Hartshorne esteve empenhado, antes de mais nada, em desconstruir os argumentos ali presentes (por exemplo, tomando as dores de Alfred Hettner).

Para dar emoção ao trabalho de futuros historiógrafos do movimento, vários outros embates também aconteceriam décadas à frente (entre autores célebres – Brian J. L. Berry versus o David Harvey, digamos, “dissidente” – e coadjuvantes – Reginald G. Golledge versus Michael E. E. Hurst). Nada, entretanto, comparável ao debate que poderia ter ocorrido (não fora a morte prematura de Schaefer, ocorrida antes até da publicação do *Exceptionalism...*) entre o americano e o alemão. Este duelo semântico para entrar na história da disciplina – duelo sobre o qual só podemos imaginar as réplicas e tréplicas – jamais se deu.

Ainda com respeito ao volume de 1955, um segundo artigo, publicado dois números antes, no mês de Março, merece referência. É óbvio que, enquanto contribuição às reflexões de cunho epistemológico, ele acaba sendo ofuscado pelo texto pormenorizado de Hartshorne. Todavia, enxuto que é, o texto de Eugene van Cleef – intitulado de modo a sumarizar num timbre irreverente o fato de haver evidente defasagem metodológica entre a Geografia e as ciências do “*physical realm*” (*Must geographers apologize?* é seu título) – não deixa nada a desejar. Van Cleef, da *Ohio University*, preocupou-se em destacar a constrição relativa que a Geografia possuía por conta de ter de evocar a variável humana nas pesquisas; mas o fez antevendo sua gradual emancipação de uma “etapa primitiva”. Lemos ali palavras suficientemente expressivas disso.

The future of the science also demands an approach somewhat different from that currently followed in some quarters. Mere description of the landscape is not enough. Unfortunately, a considerable number of regional theses is primarily descriptive, or description plus a negligible amount of interpretation. (CLEEF, 1955, p. 107, grifo nosso).

Geographers must observe every square inch of the earth's landscapes hoping to find enough repetitive cases to enable him convert hypothesis into law. [...] we need not apologize for our still primitive stage, [...] We need only confess that we are still evolving; that because an important part of our subject matter, the human, is highly variable, we have a much longer read ahead and much more difficult one than that of our colleagues in the physical sciences. (CLEEF, 1955, p. 108, grifo nosso).

Interessante é pensar que dez anos após a publicação deste artigo – hoje um documento precioso para a historiografia geográfica – Peter Haggett, também movido pela pretensão de bendizer os avanços no tratamento de assuntos humanos em Geografia (a “*regional organization*” um exemplo deles), lançaria a obra célebre *Locational analysis in human geography*, dando loas às teorias que haviam gerado bons frutos nas ciências biológicas e comportamentais.

E este ano de 1965 é bastante vivaz porquanto representa bem um período pós-germinal; ou seja, na medida em que expressa a fase de culminância do movimento. Entendamos melhor: nesta data, um grupo de professores ingleses – entre eles Richard J. Chorley e o próprio Haggett – organizavam encontros periódicos a fim de discutir, entre outras questões filosoficamente inspiradas, maneiras eficientes de transportar os novos recursos metodológicos e, com isso, causar influência no ensino da Geografia. Vemos por aí que o contexto já era, pois, de plena consciência; isto é, consciência do quão irreversível era o efeito dos aprofundamentos discursivos e técnicos. Não por acaso, 1965 é também o ano de publicação do livro que viria a se tornar um clássico da Nova Geografia. *Frontiers in geographical teaching* é um dos legados daquele grupo de professores, os quais se reuniram, na boa-fé de contribuir para a elevação hierárquica da disciplina, em ambientes imodestos de Cambridge (um destes, a famosa mansão Madingley Hall). Outra herança deixada por estes frequentadores de mansões elisabetanas foi o periódico *Progress in Geography* – importante veículo difusor dos argumentos teóricos e suas aplicações práticas (primeiro número datando de 1969).

Por certo que a ambiência de ostentação não deve ter influenciado diretamente o modo de pensar dos “novos geógrafos”; se bem que, no caso de reflexões aprofundadas, sempre pode calhar de o cenário dar ânimo a uma elucubração estimulante. Curiosamente – construtores que são do alicerce filosófico sobre o qual se ergueu a escola teórica e quantitativa – Karl R. Popper e Rudolf Carnap travaram diálogos férteis durante caminhadas que

tiveram por ambiente as veredas não menos intimidadoras das montanhas tirolesas.

Falando ainda de "ambiências", mas agora relativamente ao tema da nacionalidade do movimento renovador, pode-se afirmar que há divergência nas versões. Não chega a ser, é claro, um tema suscitador de polémica, mesmo porque a historiografia corrente está de acordo em apontá-la como sendo originalmente norte-americana. Diverge, na realidade, a razão pela qual a revolução metodológica seria genuinamente desta nacionalidade. O que acontece é uma incongruência explicativa entre o que poderíamos chamar de "versão obsessiva" e "interpretação circunstanciada". Segundo a primeira, o movimento ("alienado" e "alienante") só podia ter sido gestado num país em (a partir de) cujo território prosperou (se disseminou) um sistema capitalista particularmente empenhado em omitir causalidades essenciais e dar relevo às generalizações abstratas. A segunda, menos conspiratória, se apóia na idéia de que é justamente a partir do ambiente mesmo onde se desenvolveu uma dada visão de mundo, que surgirá o questionamento sobre se sua validade continua intacta. Neste sentido, se Hartshorne – voz afamada em duvidar da nomotesia – viu sua produção científica ganhar publicidade predominantemente nos Estados Unidos, só podiam ter nascido neles as suspeitas de insuficiência epistemológica.

Nas universidades norte-americanas (de Washington, Wisconsin e Iowa, por exemplo), no final dos anos cinqüenta, realizaram-se seminários sobre métodos estatísticos potencialmente úteis nas temáticas urbana e econômica. William L. Garrison conduziu um destes eventos acadêmicos de divulgação e acabou por merecer seu nome associado à matematização em Geografia Humana. A Universidade de Washington, Seattle, onde Garrison lecionava, previsivelmente, vê surgirem em seu Departamento de Geografia também outras figuras que se tornariam nomes de referência na Nova Geografia; figuras que, à época, apenas compunham o quadro discente: além de Berry, William Bunge e Richard Morrill (HOLT-JENSEN, 1980).

Mas voltemos mais uma (e definitiva) vez aos AAAG. Os seus números de 1956 só atestam a emergente tendência quantitativa. Arthur H. Robinson, de Wisconsin, no fascículo de Junho, apresenta um breve artigo em que trata – mais por dedução de fórmulas que por palavras – da necessidade do geógrafo modificar equações estatísticas originais, a fim de que fossem evitadas "significativas discrepâncias" ou resultados inexpressivos. Robinson, na verdade, não fazia muito mais do que informar a utilidade da medida de ponderação dos valores. Todavia, para o momento, não era pouco. Estes mesmos valores, desde que reduzidos a um parâmetro comparável, avaliariam o uso contínuo, também em Geografia, das análises de correlação, dado que o problema (dela natural) de lidar com unidades areais desiguais estaria relativamente abrandado com o estratagemas dos "tamanhos relativos" – de fato, uma saída bastante talentosa.

No número de Setembro há dois registros que tocam na questão metodológica. As referências que ambos a ela fazem (e cada um a seu modo) são, em realidade, indiretas. O recém citado Garrison resenha um livro sobre metodologia na pesquisa social e o mais que ilustre Carl O. Sauer textualiza reflexões pessoais acerca do imorredouro tema dos encargos e peculiaridades do trabalho geográfico. A análise bibliográfica feita por Garrison, de uma obra organizada por não-geógrafos (Paul F. Lazarsfeld e Morris Rosenberg), inicia com devidas explicações, posto que o exame dava publicidade a um livro, a princípio, desinteressante aos estudantes de Geografia. Mas o mais provável é que a resenha tenha sido, isto sim, um grande pretexto para Garrison reclamar da ausência, junto à disciplina, de literatura especificamente voltada para o desenvolvimento formal de teoria e para os estudos empíricos "teoreticamente orientados". Deduzimos isso por sobramen críticas dirigidas ao conteúdo do livro, tido, no final das contas, como cheio de subestimação (deveria ter mostrado todo o alcance dos métodos analíticos), além de demasiadamente restrito (poderia ter apresentado mais métodos). De qualquer maneira, Garrison absolve a publicação por ela, ainda assim, compreender partes elogiáveis, tais como as que dão conta do tratamento metodológico via "teorias sociais gerais" – "an example from which geographers might well profit." (GARRISON, 1956, p. 368). Ou seja, embora pouco valoroso pelo fato de não ter alcançado a altura de seus objetivos introdutórios, o livro era louvável por ao menos intentá-los: fazer ver que o estudo do método contribui para os trabalhos interdisciplinares e para a integração do conhecimento. [Claro o suficiente o acento (neo)positivista?].

Já nas reflexões, o que Sauer deixa notar, por sua vez, é aquela mesma descrença que Hartshorne estampara um ano antes, no mesmo periódico. A diferença óbvia é que este autor havia dedicado muitas páginas ao assunto e Sauer apenas alfineta, na penúltima, os que andavam tentando imitar as ciências experimentais. Pelo tom de suas enunciações, Sauer parece acreditar que se tratava, antes, de um simulacro aquela "tendência dominante" nas ciências sociais de procurar instituir, via quantificação, uma semelhança com as *exact sciences*. O alemão não esconde a predileção pela perspectiva tradicional; sobretudo no que a tornava tão particularmente útil para que se compreendesse a harmonia local entre as culturas e as formas sobre as quais as primeiras lhes imprimiam expressões humanas. A requintada bagagem francesa é a explicação do ceticismo em Sauer.

I think we may leave most enumerations to census takers and others whose business it is to assemble numerical series. To my mind we are concerned with processes that are largely non-recurrent and involve time spans mainly beyond the short runs available to enumeration. [...]

Really good regional geography is finely representational art, and creative art is not circumscribed by pattern or method. (SAUER, 1956, p. 298, grifo nosso).

Esthetic appreciation leads to philosophic speculation, and why not? Are not the compositions of nature, the lines of colors of terrain and the mantling vegetation, proper to consider? [...] There is an esthetics of the assemblage of forms, an esthetic morphology of landscape, latterly often violated by industrial civilization. Is not this question of the harmonious landscape also something proper to think upon? (SAUER, 1956, p. 298-299).

Finalmente, no número de Dezembro, há uma ocorrência que chama bastante a atenção. Emrys Jones, Professor na *Queen's University*, Irlanda do Norte, publica neste último fascículo de 1956 interessantíssimo artigo em cuja primeira página já ia tratando de desmistificar a questão da liberdade de escolha – o que, se supunha, contribuía e muito na negação do determinismo ambiental. Lembremos: uma das razões causadoras da celeuma entre as teses antípodas monográfica (da escola francesa) e legislativa (da alemã) tinha a ver com o postulado de que o arbítrio extirpava qualquer esperança de validar leis em Geografia. Bem, então o que faz Jones é, arditamente, começar seu *paper* destronando a premissa que vinha, ao mesmo tempo, servindo de antídoto contra a má experiência determinista e inibindo toda empresa por ventura simpatizante dos "princípios gerais".

É que, pelo juízo intrigante do irlandês, as escolhas humanas seriam limitadas, definindo uma restrição ou margem de manobra colocada pela própria natureza (de quem, em período possibilista, se desejava total alforria). Por conseguinte, obter-se-iam princípios do tipo *broad*, visto que os seres humanos seguiriam padrões comportamentais; e, desde que não se cometesse o erro de querer aplicá-los aos fenômenos singulares do indivíduo, leis sociológicas poderiam ser generalizadas. Esta legislação, entretanto, não queria dizer que os homens são impelidos a agir de uma maneira e não de outra (pela intervenção direta das leis mesmas), mas estabeleceria o modo como, estatisticamente, a maioria das pessoas costuma agir – algo, de fato, distinto, pois que, neste caso, as leis seriam destituídas da ambição de pretender estampar na realidade concreta as relações (não mais que abstratas) de causa-e-efeito. Não é estranho, portanto, a menção que Jones faz – e que Wayne K. D. Davies faria em 1966 – ao princípio válido em mecânica quântica, pelo qual, apesar de no microcosmo dos elétrons (dos homens?) imperar a indeterminação, a estatística ainda dá certa corda à noção de causalidade na macro-escala da matéria condensada (da sociedade?).

Quisemos aqui centralizar os comentários em torno das publicações sintomáticas, pré-estrepentes, de uma Geografia teórica. Com a ressalva dos precedentes, selecionamos especificamente os textos editados pela revista norte-americana *Annals of the Association of American Geographers* entre os anos 1953 e 1956, de modo a que ficasse bem ilustrado o argumento que viemos tentando construir: os já cinquenta anos passados desde os primeiros

registros textuais do inconformismo com a carência de um estatuto autorizador das explanações guiadas por teoria e lei (não esquecendo, é lógico, dos registros-*reply*). Certamente que estes documentos genuínos representam a etapa germinal do que viria a se converter numa corrente de pensamento geográfico. Por isso, as publicações que acabaram ficando mais emblemáticas – dado que materializaram um período de aceitação e desenvolvimento progressivos – não contam muito mais do que quatro décadas. Devemos citar, com respeito ao contexto “culminante”, dentre outras, as produções de Adrian E. Scheidegger (1961), Richard J. Chorley (1962), William Bunge (1962), Ian Burton (1963), Edward A. Ackerman (1963), David R. Stoddart (1965) e de David Harvey (1969). Todas elas, referências inspiradoras de trabalhos futuros que, embora não mais amalgamados pelos preceitos de um movimento propriamente, provariam a continuidade dispersa da tendência à quantificação e à modelagem analógica. Stoddart, por exemplo, explorando com destreza o insight organicista, fomentaria bastante os ensaios conceitual e metodologicamente aproximativos da Biologia sistêmica (STODDART, 1966, 1967).

Exatamente a respeito de “inspiração” e “continuidade dispersa”, talvez baste que mencionemos o volume organizado por Ronald F. Abler, Melvin G. Marcus e Judy M. Olson, *Geography's inner worlds: pervasive themes in contemporary american geography* (1992). Esta extensa obra, maturada ao longo dos anos oitenta, mas só editada no início da década seguinte, objetivou ilustrar (por tópicos, mais que por áreas) o amplo panorama da Geografia americana “atual”; não obstante, é também um registro que explicita a preservação de certos temas sugestivos no elenco das pesquisas. Por esta razão, a obra acaba jogando o papel de evitar que os geógrafos americanos ignorem heranças compartilhadas. E o índice fala por si: são quatro grandes seções que circunscrevem, ao todo, dezesseis capítulos, dentre os quais se vêem transparentemente contemplados os imperativos do conceito e do método: sistemas, redes, processos e padrões; desenvolvimento de modelos, teste de teorias e estatística espacial. Livro do mesmo naipe deste é o britânico *The challenge for geography: a changing world, a changing discipline*, de 1993 – já uma chancela do IBG (*Institute of British Geographers*). Editado por Ron. J. Johnston, o volume reúne onze capítulos (distribuídos em duas partes) e seus autores – todos ingleses, excetuando o recém mencionado Abler (aqui contribuindo com um parâmetro não-europeu) – inserem reflexões particulares que, no entanto, convergem e ratificam a idéia geral da obra: se o mundo muda veloz (e, possivelmente, hoje mais rápido do que nunca) o geógrafo está intimado a um desafio. Enfrentá-lo significa estar com a mente aberta às estranhezas de uma realidade feita de princípios causais erráticos – o que, em última análise, recomenda a esse profissional tanto a polivalência argumentativa quanto a tolerância metodológica.

Evidente que o cerne de nossa disciplina – malgrado repercussões passionais que dificultam um convívio mais harmônico – termina por se nutrir muito da multiplicidade de ângulos teóricos. Estão aí as alternativas linhas de pesquisa a comprovar isto que parece ser, senão uma peculiaridade, ao menos uma de suas mais indisfarçáveis características: discussões sobre pós-modernidade, feminismo, ecologia política, economia global, multiculturalismo, catastrofismo ambiental, etc. Mas este virtual indício de que na Geografia parece vigor o império da democracia não se converte em prova cabal de profícuo ecumenismo se, vez ou outra, alguns de nós continuam minorando ou fingindo não ver a performance prática de certos colegas.

Encerramos esta nota desejosos de que não se continue desdenhando, por força de orgulho, especificamente os efeitos positivos que da Nova Geografia, e desde há cinco décadas, cultivamos sem que se lhes dêem os créditos. Toda *démarche* científica envolve uma irrecusável operação mediante modelos teóricos e (se a circunstância encoraja) abstrações matemáticas. Porém, esqueçamos com frequência que a prática contemporânea de deduzir por princípios gerais é patrimônio herdado daqueles primeiros ensaios, digamos, “proto-teóricos”. Senão, como explicar trabalhos recentes que guardaram o diásporo do recurso analógico? Dinâmicas urbanas explanadas segundo os termos da geometria fractal? Sim, coisas para pensarmos com cuidado ... mas para pensarmos.

REFERÊNCIAS

- ABLER, R. F. Desiderata for geography: an institutional view from the United States. In: JOHNSTON, R. J. (Ed.). **The challenge for geography: a changing world, a changing discipline**. Oxford: Basil Blackwell, 1993. p. 215-238.
- ABLER, R. F.; MARCUS, M. G.; OLSON, J. M. (Eds.). **Geography's inner worlds: pervasive themes in contemporary american geography**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992. 412p.
- ACKERMAN, E. A. Where is a research frontier? **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 53, n. 4, p. 429-440, dec. 1963.
- BATTY, M.; LONGLEY, P. **Fractal cities: a geometry of form and function**. San Diego: Academic Press, 1994. 394p.
- BERRY, B. J. L. Cities as systems within systems of cities. **Papers of the Regional Science Association**, v. 13, p. 147-163, 1964.
- _____. "Revolutionary and counter-revolutionary theory in geography" – a guetto commentary. **Antipode**, Worcester, v. 4, n. 2, p. 31-33, 1972.
- BERRY, B. J. L.; HARRIS, C. D. Walter Christaller: an appreciation. **Geographical Review**, Worcester, v. 60, n. 1, p. 116-119, 1970.
- BERRY, B. J. L.; MARBLE, D. F. (Ed.). **Spatial analysis: a reader in statistical geography**. New Jersey: Prentice-Hall, 1968. 512p.
- BERTALANFFY, L. von. **Theoretische biologie**. Berlin: Borntraeger, 1932.
- _____. A quantitative theory of organic growth. **Human Biology**, v. 10, p. 181-213, 1938.
- _____. An outline of general systems theory. **British Journal for the Philosophy of Science**, Oxford, v. 1, n. 2, p. 134-165, 1950.
- BUNGE, W. Theoretical geography. **Lund Studies in Geography**, Lund, n. 1, 1962.
- BURTON, I. The quantitative revolution and theoretical geography. **The Canadian Geographer**, v. 7, p. 151-162, 1963.
- CARNAP, R. **The unity of science**. Bristol: Thoemmes Press, 1995. 101p.
- CERON, A. O.; DINIZ, J. A. F. Tipologia da agricultura – questões metodológicas e problemas de aplicação no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 41-71, jul./set. 1970.
- CHORLEY, R. J. Geomorphology and general systems theory. **Professional Paper**, Washington, n. 500-B, 1962.
- CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. (Eds.). **Frontiers in geographical teaching**. London: Methuen, 1965. 379p.
- _____. (Eds.). **Models in geography**. London: Methuen, 1967. 816p.
- CHRISTALLER, W. **Die zentralen orte in süddeutschland**. Jena: Gustav Fischer, 1933.
- _____. **Central places in southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. 230p.
- _____. How i discovered the theory of central places: a report about the origin of central places. In: ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. (Eds.). **Man Space and Environment**. Oxford: Oxford University Press, 1972. p. 601-610.
- CHRISTOFOLETTI, A. As características da nova geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 3-33, abr. 1976.

CHRISTOFOLETTI, A.; OLIVEIRA, L. de. Geografia teórica. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, n. 1, p. 5-23, 1971.

CLEEF, E. van. Must geographers apologize? **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 45, n. 1, p. 105-108, march 1955.

COLE, J. P.; KING, C. A. M. **Quantitative geography**: techniques and theories in geography. London: John Wiley & Sons, 1969. 692p. (reimpressão)

CURRY, L. The random spatial economy: an exploration in settlement theory. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 54, n. 1, p. 138-146, march 1964.

DACEY, M. F. A probability model for central place locations. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 56, n. 3, p. 550-568, sept. 1966.

DAVIES, W. K. D. Teoria, ciência e geografia. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 7, n. 13, p. 85-99, 1977. (artigo originalmente publicado em 1966)

DICKINSON, R. E. **City, region and regionalism**: a geographical contribution to human ecology. London: Routledge, 1947.

FAISSOL, S. Teorização e quantificação na geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 145-164, jan./mar. 1972.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. A revolução quantitativa na geografia e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 5-22, out./dez. 1970.

GARRISON, W. L. Paul F. Lazarsfeld and Morris Rosenberg, eds.: the language of social research: a reader in the methodology of social research. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 46, n. 3, p. 367-368, sept. 1956.

GEIGER, P. P. Renovação na geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 67-71, jan./mar. 1970.

GOLLEDGE, R. G. Some issues related to the search for geographical knowledge. **Antipode**, Worcester, v. 5, n. 2, p. 60-66, may 1973.

HAGERSTRAND, T. The propagation of innovation waves. **Lund Studies in Geography**, Lund, s. B, n. 4, p. 3-19, 1952.

HAGGETT, P. **Locational analysis in human geography**. London: Edward Arnold, 1965. 339p.

HARRIS, C. D. The market as a factor in the localization of industry in the United States. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 44, n. 4, p. 315-348, dec. 1954.

HARTSHORNE, R. "Exceptionalism in geography" re-examined. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 45, n. 3, p. 205-244, sept. 1955.

HARVEY, D. **Explanation in geography**. London: Edward Arnold, 1969. 521p.

_____. Revolutionary and counter-revolutionary theory in geography and the problem of ghetto formation. **Antipode**, Worcester, v. 4, n. 2, p. 1-13, 1972.

HOLT-JENSEN, A. **Geography**. Its history and concepts: a student's guide. London: Harper & Row, 1980. 171p.

HORTON, R. E. Erosional development of streams and their drainage basins: hydrophysical approach to quantitative morphology. **Geological Society of America Bulletin**, v. 56, n. 3, p. 275-370, 1945.

HURST, M. E. E. Establishment geography: or how to be irrelevant in three easy lessons. **Antipode**, Worcester, v. 5, n. 2, p. 40-59, may 1973.

JAMES, P. E. The terminology of regional description. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 24, p. 93-107, 1934.

_____. On the treatment of surface features in regional studies. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 27, p. 213-228, 1937.

_____. Toward a further understanding of the regional concept. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 42, p. 195-222, 1952.

JAMES, P. E.; MARTIN, G. J. **The Association of American Geographers: the first seventy-five years, 1904-1979**. *Washington*: Association of American Geographers, 1978. 279p.

JOHNSTON, R. J. **Geography and geographers: anglo-american human geography since 1945**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1983. 264p.

_____. **On human geography**. Oxford: Basil Blackwell, 1986. 198p.

JOHNSTON, R. J. (Ed.). **The challenge for geography: a changing world, a changing discipline**. Oxford: Basil Blackwell, 1993. 248p.

JONES, E. Cause and effect in human geography. **Annals of Association of American Geographers**, Lancaster, v. 46, n. 4, p. 369-377, dec. 1956.

LAZARSELD, P. F.; ROSENBERG, M. (Eds.). **The language of social research: a reader in the methodology of social research**. Glencoe: The Free Press, 1955. 590p.

MACMILLAN, B. (Ed.). **Remodelling geography**. Oxford: Basil Blackwell, 1989. 348 p.

MÜLLER-WILLE, C. F. The forgotten heritage: Christaller's antecedents. In: BERRY, B. J. L. (Ed.). **The nature of change in geographical ideas**. Dekalb: Northern Illinois University Press, 1978. p. 38-64.

POPPER, K. R. **La lógica de la investigación científica**. Madrid: Editorial Tecnos, 1973. 451p.

ROBINSON, A. H. The necessity of weighting values in correlation analysis of areal data. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 46, n. 2, p. 233-236, June 1956.

SAUER, C. O. The education of a geographer. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 46, n. 3, p. 287-299, sept. 1956.

SCHAEFER, F. K. Excepcionalism in geography: a methodological examination. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 43, n. 3, p. 226-249, sept. 1953.

SCHEIDEGGER, A. E. **Theoretical geomorphology**. Berlin: Springer-Verlag, 1961. 333p.

STEWART, J. Q. Empirical mathematical rules concerning the distribution and equilibrium of population. **Geographical Review**, Worcester, v. 37, p. 461-485, 1947.

STODDART, D. R. Geography and the ecological approach: the ecosystem as a geographic principle and method. **Geography**, n. 50, p. 242-251, 1965.

_____. Darwin's impact on geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 56, n. 4, p. 683-698, dec. 1966.

_____. Organism and ecosystem as geographical models. In: CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. (Eds.). **Models in geography**. London: Methuen, 1967. p. 511-548.

STRAHLER, A. N. Davis' concepts of slope development viewed in the light of recent quantitative investigations. **Annals of the Association of American Geographers**, Lancaster, v. 40, n. 3, p. 209-213, sept. 1950.

_____. Dynamic basis of geomorphology. **Bulletin of the Geological Society of America**, Boulder, v. 63, p. 923-938, 1952.